



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena
Editora

Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L146	Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-565-5 DOI 10.22533/at.ed.655190209 1. Ação social – Brasil. 2. Brasil – Política social. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 361.610981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção, coletânea de vinte e dois capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam sociedade e enfrentamentos.

Abordando os conteúdos trazidos nas contribuições que se seguem, temos majoritariamente estudos que abordam a psicologia nas suas múltiplas vertentes de ações na comunidade social, mas também há a questão que se volta para a política de assistência frente ao questionamento de violência e tráfico de drogas. O ambiente escolar, dialogado com a ciência da psicologia, também é abordado, de modo que perpassa pela interação com a psicopedagogia, com a teoria da psicologia educacional, chegando até os desafios da escola na atualidade e a educação especial.

Além das já suscitadas, a presente coletânea congrega também capítulos que versam sobre enfermagem, saúde mental, espaços de acolhimento, terceira idade, comunidades quilombolas, dilemas enfrentados pelo feminino na sociedade das exclusões e prática esportiva.

Tenham ótimas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	
Adria de Lima Sousa Patrícia da Silva Caldas Pamella Dias da Silva Vanessa da Costa Balieiro Francisca Renilma de Moura Marinho Joana Maria de Souza Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6551902091	
CAPÍTULO 2	6
CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI	
Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo	
DOI 10.22533/at.ed.6551902092	
CAPÍTULO 3	23
A PSICOLOGIA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE ADOLESCENTES NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO	
Sidelmar Alves da Silva Kunz Mônica Marques dos Santos Adilson dos Reis Felipe	
DOI 10.22533/at.ed.6551902093	
CAPÍTULO 4	40
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O TRÁFICO DE DROGAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	
João Vitor Bitencourt Patrícia Krieger Grossi	
DOI 10.22533/at.ed.6551902094	
CAPÍTULO 5	52
O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA	
Monalisa Pereira Furtado Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Dalízia Amaral Cruz Juliana Oliveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6551902095	
CAPÍTULO 6	64
PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Ceres Fassarella Carneiro Joan Cristina Rios De Oliveira Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6551902096	

CAPÍTULO 7	76
ESTADO DA ARTE DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL: 1990-2016	
Paulo Emilio Gomes Nobre	
Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro	
DOI 10.22533/at.ed.6551902097	
CAPÍTULO 8	87
PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	
DOI 10.22533/at.ed.6551902098	
CAPÍTULO 9	91
OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR	
Vinícius Nunes dos Santos	
Tatiana Souza de Oliveira	
Adinete Sousa da Costa Mezzalira	
DOI 10.22533/at.ed.6551902099	
CAPÍTULO 10	100
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	
Iana Paola Monte Freire	
Karine Lima Verde Peixoto	
Fábia Geisa Amaral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65519020910	
CAPÍTULO 11	112
QUALIDADE DE SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESTUDAM PELA MANHÃ E A NOITE DURANTE A SEMANA DE PROVAS	
Thamara Xavier Dias	
Aline Silva Belísio	
DOI 10.22533/at.ed.65519020911	
CAPÍTULO 12	120
ESTAGIÁRIO DE ENFERMAGEM: LUTO POR MORTE VIOLENTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	
Rosane Albuquerque da Costa	
Isabela Vieira da Silva Santos	
Alisson Soares de Sousa	
Hossana Pereira Eugênio	
Jéssika Koste Sangali	
Lucas Costa Marins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65519020912	
CAPÍTULO 13	132
CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ/BA	
Aida Lomanto Couto	
Elzeni Damasceno de Souza	
Tatiane Tavares Reis	
DOI 10.22533/at.ed.65519020913	

CAPÍTULO 14	143
ANÁLISE DAS VISITAS FAMILIARES EM UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE BELÉM-PA	
Juliana Oliveira dos Santos	
Celina Maria Colino Magalhães	
Agnes de Maria Júnior da Silva	
Monalisa Pereira Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.65519020914	
CAPÍTULO 15	156
O ADEUS AO ABRIGO: NO CURSO DA MAIORIDADE, A REEDIÇÃO DO DESAMPARO	
Natalia Afonso Rubio	
Rita Aparecida Nicioli Cerioni	
Eliana Herzberg	
DOI 10.22533/at.ed.65519020915	
CAPÍTULO 16	165
RODAS DE CONVERSA COM IDOSOS: ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS AUSTEROS	
Iris Clemente de Oliveira Bellato	
Matheus Bassan Alvino Brombim Lopes	
Amailson Sandro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020916	
CAPÍTULO 17	177
REALIDADE E EXPECTATIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA	
Carine Magalhães Zanchi de Mattos	
Patrícia Krieger Grossi	
Francielli Girard	
DOI 10.22533/at.ed.65519020917	
CAPÍTULO 18	189
COMUNIDADE QUILOMBOLA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS MARCAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SUBJETIVIDADE HUMANA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Orlando Júnior Viana Macêdo	
Vânia Santana Lacerda Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020918	
CAPÍTULO 19	193
MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS	
Marília Novais da Mata Machado	
Sônia Roedel	
Heliana de Barros Conde Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.65519020919	
CAPÍTULO 20	205
A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65519020920	

CAPÍTULO 21	215
MULHERES E O DIREITO DE <i>ESTAR</i> SÓ: DA LIBERDADE JURÍDICA AO PRECONCEITO SOCIAL	
Aline Podkowa	
Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.65519020921	
CAPÍTULO 22	227
ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOTIVAÇÃO DE PRATICANTES E FREQUENTADORES DE ACADEMIA	
Lucas Augusto Menezes	
Breno Lara Beraldo	
Vitor Miranda de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.65519020922	
SOBRE O ORGANIZADOR	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA

Monalisa Pereira Furtado

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Psicologia Belém – Pará

Celina Maria Colino Magalhães

Universidade Federal do Pará, Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Belém – Pará

Agnes de Maria Júnior da Silva

Universidade Federal do Pará, Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Belém – Pará

Dalízia Amaral Cruz

Universidade Federal do Pará, Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Belém – Pará

Juliana Oliveira dos Santos

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Psicologia Belém – Pará

RESUMO: O contexto institucional é um espaço construído para a garantia dos direitos das crianças, sendo essencial a atenção para o olhar da criança acerca desse ambiente, que foi construído em prol dela, porém não partiu da sua percepção para elaboração. O estudo objetivou conhecer as percepções das crianças sobre uma instituição de acolhimento. Participaram sete crianças entre três e nove anos (quatro meninos e três meninas), acolhidas em uma instituição municipal de Belém. Utilizou-se questionário para a caracterização das crianças; lápis de cor, canetas coloridas e folhas de papel A4; entrevista semiestruturada e diário de campo.

No tocante ao perfil das crianças: a) 42,8% das crianças não possuíam o nome do pai no registro civil; b) Os principais motivos para o acolhimento foram o abandono e negligência; c) Todos os participantes possuíam irmãos na instituição. Em relação aos desenhos: a) indicaram vínculo familiar e com educadoras b) A figura da casa foi frequente no relato das crianças. As entrevistas revelaram que: a) As crianças gostam do espaço, pois podem brincar, assistir televisão e jogar bola; b) Entre os elementos que não gostam, apareceram a referência a cuidadoras e ao espaço geral; c) Entre as mudanças desejadas pelas crianças foi citado o voltar para casa. Os resultados podem ser utilizados para melhorar a dinâmica da instituição, incluindo o registro sistemático das informações das crianças e seus cuidadores principais e adequações quanto ao espaço físico e formação dos educadores em vista de assegurar a qualidade de cuidados as crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento institucional; Percepção; Criança.

THE INSTITUTIONAL ENVIRONMENT THROUGH THE CHILD'S PERSPECTIVE

ABSTRACT: The institutional environment is an area constructed to ensure the children's rights, making it crucial to give attention to the child's perspective of this environment that was build to

their benefit, even though its perception was not taken into account for its elaboration. This study aimed at acknowledging the children's perspective about a sheltering institution. Seven children took part in this study, they aged from three to nine (four boys and three girls) sheltered in a municipal institution in Belem. A questionnaire was used for the characterization of the children; colored pencil; colored pens, and A4 sheets of paper; semi-structured interview; and field diary. The children's profile was: a) 43.8% of them did not have their father's name on their birth certificate; b) the main reason for sheltering was abandonment and negligence; c) all participants had siblings sheltered in the same institution; Regarding the drawings: a) indicated bonds with family and educators; b) the house was a common feature in the children's speech. The interviews revealed that: a) the children like the environment because they can play, watch TV, and play ball; b) among the elements they don't like it is mentioned the caretakers and the general environment; c) among the changes desired by the children was going back home. The results can be used to improve the dynamic of the institution, including the systematic record of information of the children and their main caretakers, also for some adaptations to the environment and training of educators in order to ensure the quality of care provided to the children.

KEYWORDS: Institutional sheltering; Perception; Children.

1 | INTRODUÇÃO

Os serviços de acolhimento são uma realidade no contexto brasileiro, desde o período colonial (BRASIL, 2009). Apesar disso, é a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que as crianças e adolescentes passam a ser concebidos enquanto sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. O acolhimento institucional, então, passa a ser visto como uma medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, responsável por garantir proteção de crianças e adolescentes até que possam retornar ao convívio familiar. A Resolução N° 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (2006), em seu art. 2°, salienta que é dever do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente monitorar e assegurar a efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes.

A instituição de acolhimento é concebida, de acordo com a perspectiva bioecológica (BRONFENBRENNER, 1996), é contexto de desenvolvimento humano. Assim, possibilitam o estabelecimento de relações interpessoais de amizade e afetivas, comportamentos cooperativos, de disputas e conflitos, tornando-as ambiente ecológico para o desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes afastados de suas famílias (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010; OLIVEIRA; RESENDE, 2016; SIQUEIRA; TUBINO; SCHWARZ; DELL'AGLIO, 2009). Apesar disso, a permanência prolongada nessas instituições pode ser prejudicial, em termos desenvolvimentais, às crianças e adolescentes. Acrescenta-se, ainda, a quantidade insuficiente e a rotatividade de educadores disponíveis para estabelecer uma ligação estável e duradoura.

Na vivência do acolhimento institucional todas as decisões devem ser tomadas de modo a promover o bem-estar da criança. No entanto, tais decisões, muitas vezes, não consideram a opinião acerca do que é pensado por ela em relação a sua situação de acolhimento. Nega-se a ela, portanto, o direito de ser informada e escutada a respeito dos seus desejos e de como vivencia e percebe o acolhimento institucional (ROSSETTI-FERREIRA; ALMEIDA; COSTA; GUIMARÃES; MARIANO; TEIXEIRA; SERRANO, 2012). As crianças em situação de acolhimento institucional possuem pouco espaço para manifestar os seus desejos e necessidades, a elas falta abertura para serem compreendidas, sendo submetidas diariamente a obedecerem a regras e rotinas institucionais, as quais elas não estavam acostumadas (VECTORE; CARVALHO, 2008).

Contudo, as transformações legislativas, no que tange à política de atendimento de crianças e adolescentes, refletem no modo de se fazer pesquisa, como mencionado por Rossetti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011). As autoras enfatizam que, a partir do momento em que a criança passa a ser vista como um sujeito de direitos, a sua voz adquire um “peso” que até então não existia. Dessa forma, diversas pesquisas têm valorizado a voz da criança em situação de acolhimento institucional, considerando-a como colaboradora de pesquisa e fundamental para contribuir com o desenvolvimento de estratégias de atendimento na instituição de acolhimento (AMARAL; MAGALHÃES; CORRÊA, 2015; CRUZ; MAGALHÃES; CORRÊA, 2016; MARZOL; BONAFÉ; YUNES, 2012; GARZELLA; SERRANO, 2011; FEITOSA, 2011).

Diante de tais considerações, é de fundamental importância considerar a percepção da criança acerca da instituição de acolhimento, pois ela pode apontar caminhos “de como a instituição pode se organizar em suas ações e relações (...) modificando, assim, o papel que se atribui a esta criança nesse contexto” (CRUZ, 2014). Por conseguinte, o presente capítulo teve por objetivo conhecer as percepções das crianças sobre a instituição de acolhimento.

2 | MÉTODO

Esta pesquisa apresenta delineamento transversal, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa dos dados. Participaram sete crianças, de ambos os sexos (três meninas e quatro meninos), na faixa etária de três a nove anos de idade, em situação de acolhimento institucional de um serviço de acolhimento do município de Belém. 42,8% das crianças não possuíam o nome do pai no registro civil, entre os principais motivos para o acolhimento tem-se o abandono e a negligência e todas as crianças possuíam irmãos acolhidos na instituição. Os critérios de inclusão para a participação foram: 1) estar na instituição com tempo mínimo de um mês, 2) não apresentar transtorno mental, de personalidade e qualquer tipo de deficiência que impossibilitasse a participação e 3) aceitar participar da pesquisa.

No que diz respeito à contextualização, o serviço de acolhimento, na modalidade

de abrigo institucional, está localizado na região metropolitana de Belém, estado do Pará. Atende crianças na faixa etária de zero a seis anos, de ambos os sexos, que se encontram em risco social e pessoal.

Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado pelas pesquisadoras, em que as crianças foram estimuladas a falar sobre o que gostavam e não gostavam no serviço de acolhimento, bem como sobre o que mudariam no ambiente institucional. Utilizou-se como instrumento, um questionário de caracterização das crianças (CAVALCANTE, 2008) para preenchimento dos dados sociodemográficos das crianças. Contou-se, ainda, com o diário de campo, que possibilitou à pesquisadora registrar e organizar reflexões advindas de sua inserção no contexto institucional, auxiliando, dessa forma, no registro e na análise das experiências e observações da pesquisadora (AFONSO; SILVA; PONTES; KOLLER, 2015). Como materiais, utilizou-se folhas de papel A4, borrachas, lápis, canetas coloridas e lápis de cor para que as crianças pudessem desenhar livremente e, assim, mediar e favorecer o diálogo durante as entrevistas. Os desenhos também foram utilizados para análise dos dados da pesquisa.

Quanto aos procedimentos, pesquisa foi inicialmente apresentada à coordenação e equipe técnica do serviço de acolhimento. Posteriormente, as pesquisadoras passaram a frequentar o serviço. Como forma de aproximação gradativa com os acolhidos e preparação para a entrevista, foram desenvolvidas atividades de desenho livre com as crianças. E, respeitando o seu grau de desenvolvimento, o estudo era explicado para cada criança e o convite de participação era feito para a realização das entrevistas. Quatro crianças aceitaram participar da entrevista que foi realizada individualmente.

Sobre a análise dos dados, o conteúdo das entrevistas foi transcrito na íntegra e os relatos das crianças foram separados por linhas de comando, como procedimento estabelecido pelo *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), ferramenta utilizada para auxiliar o processo de codificação dos dados (Mutombo, 2013). Dessa forma, a estruturação dos dados foi feita a partir do processamento por meio da Nuvem de Palavras, onde as palavras são organizadas de forma gráfica, em função da sua frequência nos relatos e Grafo de Similitude, em que é possível a identificação das coocorrências entre as palavras nas falas das crianças. Os desenhos também foram submetidos à análise de conteúdo, considerando a narrativa das crianças sobre os mesmos.

No mais, o projeto de pesquisa “Perfil das instituições de acolhimento em quatro capitais da região norte: o reordenamento dos serviços em foco”, ao qual este estudo esteve vinculado, foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos do instituto de ciências da saúde da Universidade Federal do Pará - CEP -ICS/UFPA, além de autorização da coordenadoria de proteção social especial de alta complexidade do município de Belém e consentimento do responsável legal pela instituição. Como forma de resguardar a identificação das crianças, estas escolheram

nomes de personagens para serem referidas no decorrer da discussão dos resultados da pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da Nuvem de Palavras, é possível apresentar um resumo das palavras mais representativas dos relatos das crianças, agrupando e organizando as palavras de forma aleatória e gráfica, em função da sua frequência. Em outras palavras, quanto maior for o tamanho da palavra na nuvem, maior será a representatividade e importância no conjunto dos relatos. Dessa forma, de acordo com a imagem gráfica (Figura 1), as palavras mais evocadas foram: eu, gosto, aqui, não, ser, querer, com 21, 12, 9, 8, 6, 5 de frequência, respectivamente.

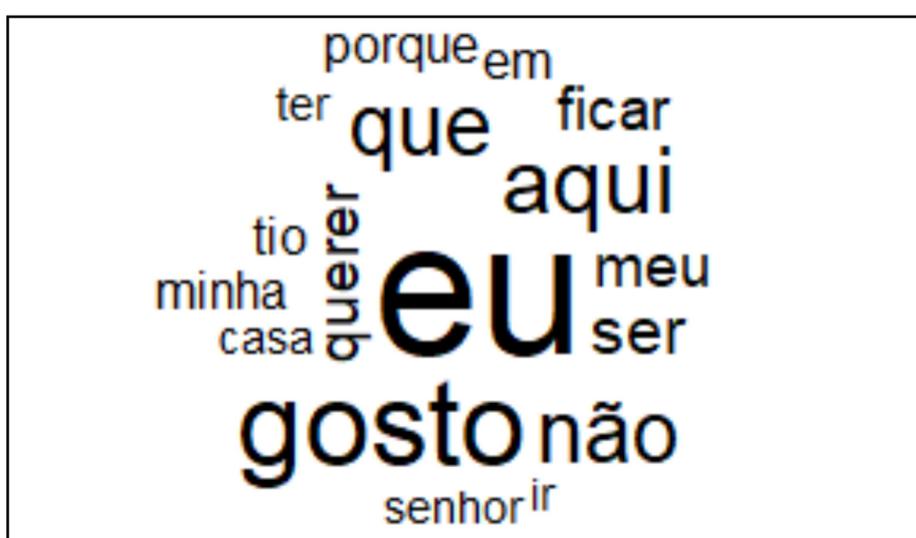


Figura 1. Processamento por Nuvem de Palavras.

A Nuvem de Palavras constitui um panorama de como os discursos estão organizados e como se apresenta o conteúdo temático. Dessa forma, veja-se que a palavra “eu” traz a compreensão da voz da criança como fundamental para a sua consideração enquanto sujeito de direitos (AMARAL; MAGALHÃES; CORRÊA, 2015; CRUZ; MAGALHÃES; CORRÊA, 2016). Os verbos “gostar” e “querer”, bem como os advérbios “aqui” e “não”, complementam o sentido de “eu” e apontam para a possibilidade de expressão das crianças, onde elas podem se colocar e opinar a respeito do contexto institucional, por meio das expressões “eu gosto”, “eu não gosto”, “eu quero”, “eu não quero ficar aqui”, “eu quero ir”.

Veja-se que por muito tempo, as experiências e opiniões das crianças foram desconsideradas (THORNE, 2002). E, até mesmo, no campo da pesquisa, foram consideradas meros objetos de estudos. Contudo, pesquisadores vêm desenvolvendo estudos com crianças, considerando-as colaboradoras e, em consonância com o ECA (BRASIL, 1990), tomando-as como sujeitos de direitos, com direito à voz (AMARAL; MAGALHÃES; CORRÊA, 2015; CRUZ; MAGALHÃES; CORRÊA, 2016).

Com base no processamento baseado na teoria dos grafos, foi possível identificar as ocorrências entre as palavras. Nesse sentido, a espessura dos troncos que as ligam indica a conexão entre elas. Conforme a Figura 2, as cinco palavras que se destacam nas falas das crianças: eu, gosto, aqui, não, querer, com 21, 12, 9, 8, 5 de frequência, respectivamente. Pode-se observar, ainda, que a partir delas, outras palavras se ramificam, sendo também representativas: ficar, minha, casa, ir, com frequência de 5, 4, 3, 3, respectivamente.

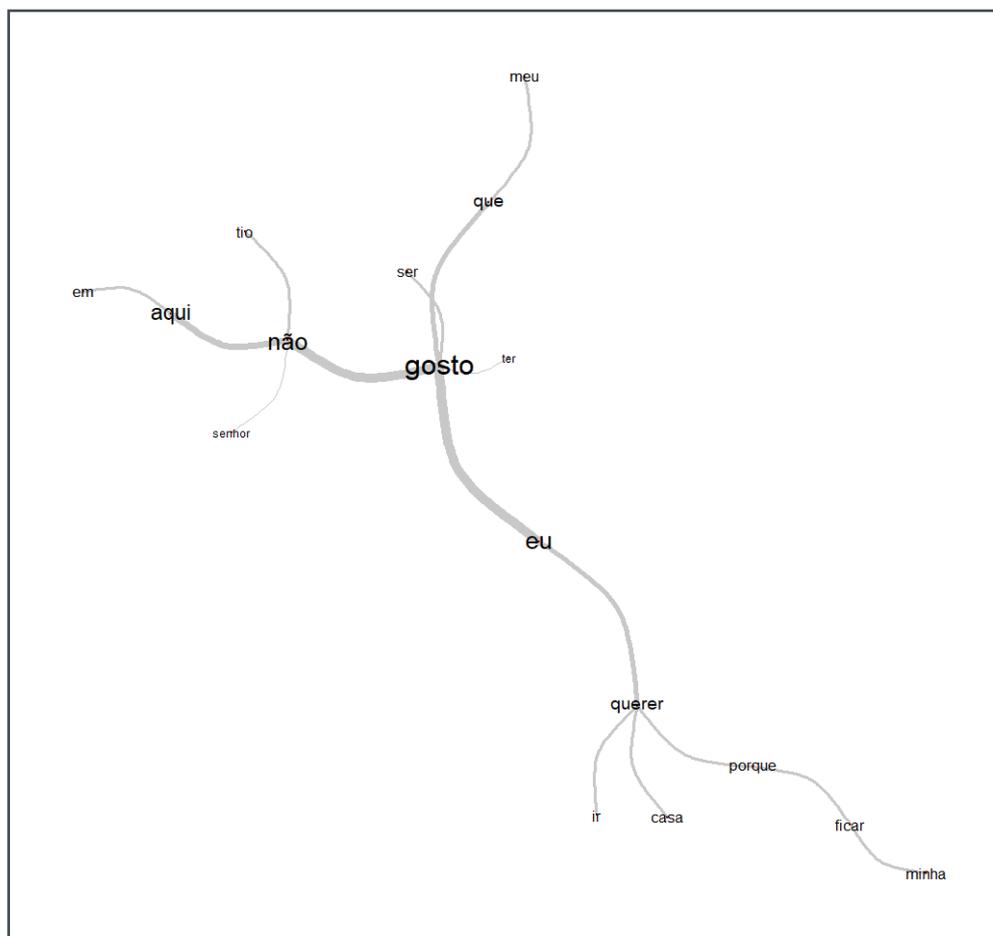


Figura 2. Processamento por Gráfico de Similitude.

De acordo com a figura 2, as palavras se agrupam em torno de cinco eixos organizadores (eu, gosto, aqui, não, querer) no núcleo central. Na centralidade do grafo, destacam-se as palavras eu, gosto e não, fortemente ligadas entre si, apontando para o discurso das crianças, a respeito do que gostam e não gostam no serviço de acolhimento.

Eu gosto de dormir, brincadeira. O que eu mais gosto é de jogar futebol com o meu irmão... eu gosto de comer (Hulk, 9 anos).

Eu gosto de assistir TV (Ariel, 5 anos).

Eu gosto da tia Fernanda (Flash, 4 anos).

Eu gosto de bola, de pintar... gosto de ficar na minha casa com a minha família (Rapunzel, 4 anos).

Observa-se, a partir da fala das crianças, que o gostar relaciona-se a atividades molares (dormir, brincar, jogar futebol, assistir TV, comer, pintar). De acordo com Bronfenbrenner (1996), as atividades molares constituem a principal e mais imediata manifestação do desenvolvimento humano, bem como das forças ambientais fundamentais que instigam e influenciam tal desenvolvimento. Nesse sentido, os serviços de acolhimento podem oferecer possibilidades cotidianas, ao valorizar espaços e momentos de brincadeiras e situações interativas (ROSSETTI-FERREIRA; SERRANO; COSTA, 2011), que estimulem a aprendizagem e a autonomia das crianças.

Pode-se citar como exemplo as atividades de dormir e comer trazidas pelo discurso de Hulk. Assim, segundo Costa, Lima, Cavalcante e Alencar (2018), os horários da alimentação devem respeitar as características individuais, como o tempo destinado para se alimentar, bem como a quantidade de comida que queiram comer. Do mesmo modo, o tempo e o espaço destinado ao sono devem ser sensíveis às particularidades de cada criança acolhida. De acordo com Cavalcante e Cruz (2018), ao se reportarem às Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), chamam a atenção para que os serviços de acolhimento organizem suas práticas, a partir da realidade local e cultural da qual fazem parte. Dormir em rede, por exemplo, é uma prática muito comum na região Norte, sendo assim, os serviços de acolhimento dessa localidade podem ser flexíveis e possibilitar que uma criança possa dormir em rede, quando tiver dificuldade de dormir em cama.

Outro aspecto importante a ser refletido é sobre o cuidado e a atenção por parte dos profissionais/educadores. A fala de Flash apresenta como o que ele mais gosta no serviço a “tia F.”, educadora.

O desenho feito por Ariel também sugere o educador como figura de referência. Em sua produção, Ariel desenhou duas flores e disse ser para a educadora que havia acabado de chegar ao serviço. Assim, dirigiu-se até a educadora, deu-lhe um abraço e mostrou o desenho, que foi elogiado pela profissional. Por sua vez, Rapunzel escreveu uma carta para uma educadora (que não estava na instituição no momento da atividade), com o desenho dessa educadora (Nota de Diário de Campo). Esses resultados corroboram com o estudo realizado por Amaral, Magalhães e Corrêa (2015), em que na fala das crianças participantes as educadoras aparecem como figuras de suporte emocional. Segundo as autoras, acolher e proteger são atitudes que favorecem o estabelecimento de relações e vínculos positivos no serviço de acolhimento. E acrescentam ser importante a criação de espaços e momentos que favoreçam a expressão e o desenvolvimento de novos vínculos.

A qualidade da relação também pode ser discutida, a partir do que as crianças não gostam no serviço de acolhimento. Da palavra “gosto”, no Grafo de Similitude (Figura 2), ramifica-se a palavra “não”.

O que eu não gosto aqui é de tia braba... Sabe o que não gosto aqui, de quando as meninas batem nos meus colegas. A Ariel esses dias deu uma porrada em um

colega meu que só a senhora vendo (Hulk, 9 anos).

Eu não gosto de nenhuma tia aqui. Eu não gosto da tia Y porque ela cortou o meu cabelo (Rapunzel, 4 anos).

Eu não gosto da R (Flash, 4 anos).

Segundo os trechos acima, observa-se que as crianças apresentam situações que consideram negativas da relação, chamando-nos a atenção para o aspecto do desenvolvimento emocional. Para Mendes e Kappler (2018), a forma como manifestamos e compreendemos as emoções (*tia braba... as meninas batem nos meus colegas, Ariel... deu uma porrada...*) é formada pelo ambiente social e pela cultura e têm múltiplas dimensões (fisiológicas, psicológicas, comportamentais e caráter dinâmico). Diante disso, pais, cuidadores, educadores e outras pessoas do contexto de desenvolvimento cumprem o papel de agentes de socialização emocional. As autoras acrescentam que no caso de crianças que estão sob medida protetiva do acolhimento institucional, os agentes de socialização da emoção são os educadores sociais e também outras crianças. Nessa perspectiva, nos serviços de acolhimento, compreendidos nos termos da bioecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (2011), enquanto microsistemas, ocorrem os chamados Processos Proximais, ou seja, um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais que as pessoas experienciam nos ambientes imediatos, dos quais fazem parte. Em outras palavras, os Processos Proximais são processos específicos de interação entre a pessoa em desenvolvimento e o contexto, que se estabelecem ao longo do tempo, sendo compreendidos como fontes principais do desenvolvimento (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

Pode-se dizer, assim, que a qualidade dos processos proximais estabelecidos nos serviços de acolhimento depende de educadores sociais disponíveis em mobilizar afetos positivos, de maneira predominante. Nas situações cotidianas do serviço de acolhimento, os educadores sociais devem, por exemplo, conversar com as crianças sobre suas manifestações emocionais de raiva. Além disso, quando os educadores sociais reagem às manifestações emocionais das crianças de diversas maneiras e não de outras formas (*O que eu não gosto aqui é de tia braba...*), eles também exercem o papel de agentes de socialização emocional. Ou seja, as crianças em situação de acolhimento podem tomar como referência as respostas emocionais dos educadores, a exemplo disto, a forma de se comportar ao ser exposto a uma situação de estresse (MENDES & KAPPLER, 2018).

Segundo Bronfenbrenner (1996), as interações estabelecidas crianças e adultos, crianças de diferentes idades e coetâneas são fundamentais para o desenvolvimento, principalmente para as de menor idade, devido equilíbrio de poder, onde a criança pode aprender a conceituar e a lidar com as emoções em relações diferenciadas de poder. Dessa forma, Mendes e Kappler (2018) complementam que os educadores do serviço de acolhimento podem auxiliar as crianças a compreenderem as emoções em situações diárias e citam como exemplo os momentos de desavenças, que envolvem

agressão verbal e física entre as crianças, como observado na fala de Hulk (*Sabe o que não gosto aqui, de quando as meninas batem nos meus colegas. A Ariel esses dias deu uma porrada em um colega meu que só a senhora vendo*).

Ressalta-se que os cinco eixos mais representativos (eu, gosto, aqui, não, querer) apresentados no Grafo de Similitude (Figura 2), dos quais se ramificam outras palavras (ficar, minha, casa, ir), organizam o discurso das crianças, trazendo à tona um desejo subjacente ao gostar das atividades possibilitadas pela instituição, desvendando o que realmente querem.

Na verdade, eu quero ir para casa (Hulk, 9 anos).

Eu quero ir embora para a minha família, porque eu já estou há um tempão aqui. Eu não gostei muito de ficar aqui. Eu não gostei de ficar aqui, eu gosto de ficar na minha casa com a minha família (Rapunzel, 4 anos).

Eu quero ir embora para a casa da minha avó (Ariel, 5 anos).

A partir dos trechos acima, observa-se que as falas das crianças revelam o desejo de ir para as suas casas, a vontade é de estar com as suas famílias. O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) chama a atenção para a consideração da família, enquanto realidade psicológica, durante todo o ciclo vital da pessoa, mesmo que sentida como falta. Além disso, destacando a fala de Rapunzel (*porque eu já estou há um tempão aqui*), o Plano ainda enfatiza o princípio o direito à convivência familiar, a partir do princípio da excepcionalidade e da provisoriedade da medida protetiva do serviço de acolhimento.

Dessa forma, se a separação da família e do contexto de origem for necessária, o serviço de acolhimento deve perseverar, no sentido de trabalhar para que a criança seja reintegrada a sua família de origem, extensa ou colocação em família substituta. Quanto a esta última possibilidade, há que se ter muita atenção. No caso do desenho de Bela, que havia sido destituída do poder familiar, tendo como possibilidade a colocação em família substituta, adoção, esta desenha uma casa com cinco janelas, em que uma das janelas é dela, uma do irmão do meio, uma do irmão mais novo (ambos presentes na instituição), uma da genitora e uma do pai (Nota de Diário de Campo). Veja-se que Bela ainda mantém viva na memória a família de origem, por isso, é de fundamental importância um trabalho sério de preparação da criança para o processo de adoção, uma vez que não se trata de simples transição de uma família a outra. É fundamental a compreensão, conforme o Plano Nacional (BRASIL, 2006, p. 31), de que “ao longo de sua vida, cada pessoa retornará inúmeras vezes às lembranças das experiências vividas com a família na infância, na adolescência, na vida adulta e na velhice”.

Diante do supracitado, observa-se que os discursos das crianças apresentaram-se reveladores de aspectos relativos aos serviços de acolhimento. Foi possível, portanto, obter um panorama referente aos papéis, às atividades e relações interpessoais estabelecidas nesse no contexto de acolhimento institucional.

4 | CONCLUSÃO

O presente estudo foi capaz de descrever a percepção das crianças acolhidas a respeito do contexto de acolhimento. Pode-se destacar como ponto principal o espaço social, que pôde trazer a análise dos pontos positivos e negativos demonstrados pelas crianças no decorrer da pesquisa. Os procedimentos metodológicos foram essenciais para alcançar os resultados da pesquisa em questão.

Os dados encontrados foram capazes de levantar diversos pontos importantes, referentes aos aspectos físicos e sociais do contexto, os quais devem ser considerados relevantes para a reflexão por parte dos profissionais do serviço de acolhimento, bem como por todos os envolvidos no desenvolvimento da política de atendimento de crianças em situação de acolhimento institucional, visando um atendimento de qualidade. Para tanto, é fundamental profissionais capacitados para a atuação com esse público, considerando a formação continuada e capacitação para a realização das funções que competem ao profissional nesse contexto de trabalho.

As informações obtidas demonstram, ainda, a relevância de realizar pesquisas nesta área do conhecimento, ressaltando a importância de se ouvir as demandas das crianças, que são protagonistas em seus processos desenvolvimentais, além da criação de espaços que favoreçam a expressão, a afetividade, a partir de uma escuta empática de crianças que vivenciam o acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

AFONSO; SILVA; PONTES; KOLLER. **O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica.** *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 131-141, abril 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822015000100131&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de abril de 2019.

AMARAL, D. C.; MAGALHÃES, C. M., C.; CORRÊA, L. da S. **Perceptions of Children in Institutional Sheltering: Interpersonal Relationships and Roles Played.** *Psychology*, v. 6, n. 8, p. 954-964, junho 2015. Disponível em <<https://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=57341>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**, Brasília: Conanda, 2009, p. 105.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). **Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Casa Civil, 1990. Subchefia para assuntos jurídicos.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **Biologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In LERNER, R. M.; DAMON, W. (Org.). **Handbook of child psychology**. New York: John Wiley & Sons, 1998, p. 993-1027.

CAVALCANTE, L. I. C.; CRUZ, D. A. Acolhimento Institucional de Crianças: Qualidade do Ambiente e Desenvolvimento. In CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; CORRÊA, L. da S.; COSTA, E. F.; CRUZ, D. A. (Org.). **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e Evidências Empíricas para Boas Práticas**. Porto: Juruá, 2018, p. 19-36.

CAVALCANTE, L. I. C. **Ecologia do Cuidado: Interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de Abrigo**. 2008.510f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Teoria de Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2008.

CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C.; MAGALHÃES, C. M. C. **Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes**. Revista Mal Estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1147-1172, dezembro 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400005&lng=pt&lng=pt>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006**. Brasília, 2006, 20 p.

COSTA, E. F.; LIMA, S. S. DE; CAVALCANTE, L. I. C.; ALENCAR, C. DE N. Atividades de Vida Diária e Rotinas de Cuidado Pessoal como Fortalecimento da Autonomia. In CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; CORRÊA, L. da S.; COSTA, E. F.; CRUZ, D. A. (Org.). **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e Evidências Empíricas para Boas Práticas**. Porto: Juruá, 2018, p. 379-394.

CRUZ, D. A. **Conta que eu conto: Percepções de Crianças sobre suas Experiências de Acolhimento**. 2014. 128f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará. 2014.

CRUZ, D. A.; MAGALHÃES, C. M. C.; CORRÊA, L. da S. **The Residential Care through the Children's Perspective: Physical and Social Aspects of the Context**. Creative Education, v. 7, n. 7, p. 899-909, maio 2016. Disponível em <<https://www.scirp.org/Journal/PaperInformation.aspx?PaperID=66591>> Acesso em 16 de maio de 2019.

FEITOSA, A. G. S. **A infância abrigada: impressões das crianças na casa abrigo**. 2011. 158f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

GARZELLA, M. C.; SERRANO, S. A. O abrigo sob as lentes da crianças: olhares e vozes sobre a convivência na instituição. In ROSSETTI-FERREIRA; M. C.; Serrano, S. A.; Almeida, I. G. (Org.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 199-234.

MARZOL, R. M.; BONAFÉ, L.; YUNES, M. A. M. **As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores**. Psico, Porto Alegre, v. 43 n. 3, p. 317-324, jul/set 2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988/8232>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

MENDES, D. M. L. F.; KAPPLER, S. R. Afetividade e socialização da emoção no contexto de acolhimento institucional: os educadores sociais como agentes no desenvolvimento emocional infantil. In CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; CORRÊA, L. da S.; COSTA, E. F.; CRUZ, D. A. (Org.). **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e Evidências Empíricas para Boas Práticas**. Porto: Juruá, 2018, p. 221-236.

MUTOMBO, E. **A bird's-eye view on the EC environmental policy framing: Ten years of Impact assessment at the commission.** International Conference On Public Policy, Grenoble, p. 1-38, junho 2013. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/cd23/315f5e8972ba6138f95f78ef17a7e8966.pdf>> Acesso em 16 de maio de 2019.

OLIVEIRA, L. M. M.; RESENDE, A. C. **Estudo de Sintomas Depressivos em Crianças sob situação de Acolhimento Institucional.** Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 10 n. 1, p. 55-63, junho 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 de maio de 2019.

ROSSETTI-FERREIRA M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. **Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722012000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de maio de 2019.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; SERRANO, S. A.; ALMEIDA, I. G. A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: uma longa história ainda inacabada. In ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SERRANO, S. A.; ALMEIDA; I. G. (Org.), **O acolhimento institucional na perspectiva da criança.** São Paulo: Hucitec, 2011. p. 29-59.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; SERRANO, S. A.; COSTA, N. R. do A. Reflexões sobre o desenvolvimento humano e o contexto institucional. In ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SERRANO, S. A.; ALMEIDA; I. G. (Org.), **O acolhimento institucional na perspectiva da criança.** São Paulo: Hucitec, 2011. p. 60-85.

SIQUEIRA, A. C.; TUBINO, C. L.; SCHWARZ, C.; DELL'AGLIO, D. D. **Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 176-190, abril 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100017&lng=pt&lng=pt>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

THORNE, B. **From silence to voice: bringing children more fully into knowledge.** Childhood, v. 9, n. 3, p. 251-254, agosto 2002. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/toc/chda/9/3>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. **Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo.** Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 12, n. 2, p. 441-449, dez 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572008000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autismo 100, 101, 102, 104, 109, 111

B

Bolsa Família 8, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

C

Classe Social 47, 103, 104, 172

Comunidade Quilombola 8, 189, 190, 191

Consequências Psíquicas 7, 120, 122, 124, 129

Criança 6, 13, 17, 18, 24, 26, 27, 30, 34, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 72, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 163, 164, 222

D

Desamparo 8, 128, 156, 158, 164

Desigualdade 1, 44, 45, 171, 192, 202, 217, 218, 222, 225

Direitos 6, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 93, 97, 109, 110, 144, 149, 154, 158, 164, 165, 170, 175, 177, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231

E

Educação Especial 5, 7, 64, 100, 101, 105, 109

Enfermagem 5, 7, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 158, 175, 188

Enfrentamentos 2, 5, 8, 25, 50, 165

Ensino Superior 104, 114, 120, 128, 199

Escola 5, 7, 1, 2, 3, 4, 12, 13, 18, 40, 65, 71, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 129, 133, 141, 142, 155, 177, 181, 199, 202, 231

Espaço de Acolhimento 8, 143, 146, 149, 151

Exclusão Social 8, 45, 103, 104, 189, 190

L

Liberdade 9, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 39, 43, 114, 156, 158, 182, 199, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 225

Luto 7, 120, 124, 129, 130

M

Medidas Socioeducativas 6, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 37, 38

Mulher 8, 160, 205, 206, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226

P

Pessoa Idosa 179, 183

Política de Assistência 5, 6, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 207, 212

Prática Esportiva 5, 227

Processos Educacionais 7, 87, 88

Psicologia 5, 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34, 38, 39, 52, 61, 63, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203, 227, 228, 230

Psicologia Educacional 5, 7, 76, 78, 87

Psicopedagogia 5, 6, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75

S

Saúde Mental 5, 7, 11, 12, 13, 18, 47, 50, 70, 91, 132, 133, 135, 136, 137, 142

Sistema Regular de Ensino 7, 100, 101, 104

Situação de Rua 8, 43, 146, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Sociedade 2, 5, 3, 4, 6, 7, 16, 26, 27, 33, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 70, 81, 88, 92, 93, 94, 102, 107, 109, 113, 154, 155, 168, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 188, 190, 191, 192, 201, 202, 206, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Sociologia 68, 203

Sono 7, 58, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Subjetividade 6, 8, 6, 7, 9, 10, 11, 20, 62, 84, 139, 154, 159, 167, 172, 189, 192, 204, 226

T

Transição Escolar 7, 91, 92, 95, 97, 98

V

Violência 5, 6, 14, 16, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 63, 92, 103, 120, 122, 129, 146, 178, 179, 180, 183, 193, 195, 196, 202, 203, 219, 225

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-565-5

